

Formação e prática docente: desafios para a construção de um mundo com justiça social e equilíbrio ambiental

Luiz Antônio de Souza Pereira

Centro Universitário Serra dos Órgãos, UNIFESO, Teresópolis, Rio de Janeiro.

Resumo

O artigo problematiza questões importantes no começo de século XXI, com destaque para as mudanças no cotidiano provocadas pelo uso da tecnologia e os problemas ambientais e sociais, frutos da crise civilizatória em que estamos inseridos. São abordados problemas que contribuem para a baixa qualidade do ensino básico prestado no país e apresentados alguns fatores que podem contribuir para uma melhor formação e prática docente. Após um panorama geral, tecemos algumas relações entre a educação e a construção do mundo com justiça social e equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Educação. Formação docente. Prática docente. Crise ambiental.

Training and teaching practice: challenges for the construction of a world with social justice and environmental balance

Abstract

The article discusses important issues at the beginning of the 19th century, highlighting the changes in everyday life caused by the use of technology and the environmental and social problems, the result of the civilization crisis in which we live. Are addressed issues that contribute to the low quality of basic education provided in the country and are presented some factors that can contribute to a better training and teaching practice. After an overview, we make some link between education and the world construction with social justice and environmental balance.

Keywords: Education. Teacher Training. Teaching practice. Environmental crisis.

Introdução

O X Simpósio de Educação e o V Seminário Institucional PIBID/UNIFESO possui como tema central "Ética e formação docente: a construção de um olhar ambiental". Iniciaremos a nossa fala tecendo breves comentários a respeito do que é ética e o que entendemos por olhar ambiental.

No dicionário Michaelis ², a ética é apontada como um ramo da filosofia que possui como objetivo "refletir sobre a essência dos princípios, valores e problemas fundamentais da moral (...) tendo como base as normas consideradas universalmente válidas e que norteiam o comportamento humano". Outro significado para a palavra ética, presente no mesmo dicionário, e que nos atende, em especial, refere-se ao "conjunto de princípios, valores e normas morais de conduta de um indivíduo ou de grupo social ou de uma sociedade".

Dessa forma, há uma ética profissional, na qual nós, educadores (e futuros educadores), estamos inseridos e que precisamos sempre estar vigilantes. Os nossos princípios, valores e normas morais, enquanto indivíduos e grupo social (profissionais da educação) impactam diretamente na nossa visão de mundo, na nossa visão de educação, no nosso ser e estar no mundo e na educação.

Dessa forma, há uma ética profissional, na qual nós, educadores (e futuros educadores), estamos inseridos e que precisamos sempre estar vigilantes. Os nossos princípios, valores e normas morais, enquanto indivíduos e grupo social (profissionais da educação) impactam diretamente na nossa visão de mundo, na nossa visão de educação, no nosso ser e estar no mundo e na educação.

É importante compreendermos e explicitamos de forma clara e objetiva nossa concepção política e ideológica da educação e do educador como elementos imprescindíveis para a construção de outro mundo, de justiça social e equilíbrio ambiental.

¹ O artigo é uma versão revisada da palestra conferida na abertura do X Simpósio de Educação e o V Seminário Institucional PIBID/UNIFESO "Ética e formação docente: a construção de um olhar ambiental", realizada no Campus Sede da instituição, no dia 15 de setembro de 2015.

² Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/> - acesso em: 07 set. de 2015.

Em contraposição ao mundo atual, que possui graves problemas sociais e é insustentável do ponto de vista ambiental. A questão ambiental não é concebida no presente artigo na perspectiva hegemônica, presente no senso comum, na mídia e na própria educação, no qual o ambiente é visto como sinônimo de natureza, sendo desconsiderados os aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais. E na qual as práticas ocorrem apenas em datas especiais, programas e projetos específicos e concentram-se somente nas ações individuais.

O olhar ambiental adotado encontra-se no interior da educação ambiental crítica, dentro de uma concepção transdisciplinar, considerando os diversos fatores e elementos presentes, assim como suas relações e inter-relações. Visa analisar, refletir, compreender e debater as questões socioambientais a partir de uma concepção política e ideológica emancipatória³. Assim, defendemos ao longo da apresentação o compromisso ético dos profissionais da educação na construção de outra sociedade, com justiça social e equilíbrio ambiental. Para a construção de tal mundo, o olhar ambiental, presente na educação ambiental crítica, é extremamente relevante.

Uma vez esclarecidos os apontamentos a respeito do tema do evento, que nos nortearão ao longo do trabalho, realizaremos um panorama geral sobre o momento histórico que vivenciamos o início do século XXI. Destacaremos, em especial, três questões: as mudanças provocadas pela tecnologia no nosso cotidiano, a degradação ambiental e da sociedade.

Em seguida, abordaremos a questão da formação e prática docente. Primeiramente apontaremos os principais problemas enfrentados na educação, para depois apresentaremos algumas possibilidades para a melhoria da mesma. Na parte final, teceremos algumas considerações sobre a necessidade e urgência de uma educação comprometida com a construção de um mundo com justiça social e equilíbrio ambiental.

1. Um olhar sobre o século XXI

1.1 A crise civilizatória

³ No Brasil diversos autores trabalham dentro desta perspectiva, com vasta publicação na área, como Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Marcos Reigota e Mauro Guimarães.

Poucos dias antes do X Simpósio de Educação e o V Seminário Institucional PIBID/UNIFESO uma imagem chocou o mundo. Trata-se da foto de um menino sírio-curdo de apenas três anos encontrado morto em uma praia da Turquia por afogamento, devido ao naufrágio da embarcação em que estava, que tentava ingressar no continente europeu ⁴. Por mais triste e comovente que seja a imagem, ela representa apenas a ponta de um gigantesco iceberg que persiste, em pleno século XXI.

Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no mundo:

- 40% da população é afetada pela escassez de água (2015) ⁵ ;
- 2,5 bilhões de pessoas não possuem acesso a saneamento básico (2014) ⁶ ;
- 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso à energia elétrica e 60% da população mundial não possui acesso à internet (2015) ⁷ ;
- 800 milhões de pessoas vivem na pobreza e sofrem com a fome (2015) ⁸ ;
- 16 mil crianças com menos de 5 anos morrem diariamente de doenças preveníveis (2015) ⁹ ;
- mais de 200 milhões de pessoas estão desempregadas (2015) ¹⁰ ;
- o número de refugiados atinge mais de 65 milhões devido a guerras e perseguições (2015) ¹¹

⁴ No total morreram 12 pessoas afogadas nesse naufrágio no Mar Mediterrâneo, incluindo a mãe e o irmão de Aylan Kurdi. Apenas o pai sobreviveu. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html> - acesso em: 02 set. 2015 e <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/menino-sirio-que-morreu-afogado-na-turquia-e-enterrado-em-kobane.html> - acesso em: 04 set. 2015.

⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/08/escassez-da-agua-ja-afeta-mais-de-40-da-populacao-do-planeta-terra.html> - acesso em: 04 set. 2015.

⁶ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/25-bilhoes-de-pessoas-nao-tem-acesso-a-saneamento-basico-em-todo-o-mundo-alerta-onu/> - acesso em: 04 set. 2015.

⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-12-bilhao-de-pessoas-ainda-vivem-sem-eletricidade-e-663-milhoes-sem-agua-potavel/> - acesso: 18 jun. 2016.

⁸ Cabe registrar que o número reduziu mais da metade se comparado a 1990, mas representa mais de 10% da população mundial. Porém, devemos enfatizar que nunca se produziu tanto alimento no planeta. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/onu-diz-que-800-milhoes-de-pessoas-ainda-sofrem-com-fome-e-pobreza.html> - acesso em: 04 set. 2015.

⁹ O que totalizou 5,9 milhões de crianças em 2015. Comparado com a situação vivenciada em 1990, houve uma redução de mais de 50% dos óbitos, porém o quadro é inadmissível devido tratar-se de doenças preveníveis. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-16-mil-criancas-morrem-diariamente-revela-novo-relatorio-sobre-mortalidade-infantil1/> - acesso em: 10 set. 2015.

¹⁰ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-200-milhoes-de-pessoas-estao-desempregadas-em-todo-o-mundo-diz-novo-relatorio-da-onu/> - acesso em: 04 set. 2015.

¹¹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-653-milhoes-de-pessoas/> - acesso em: 20 jun. de 2016.

Para agravar o quadro dramático existente, soma-se o aumento do desemprego em escala mundial e as guerras e as perseguições, provocadas pelos mais diversos fatores (políticos, religiosos, questões étnico-raciais etc.), que geram o deslocamento de milhões de pessoas na condição de refugiados. Na tentativa desesperada de sobreviver, rompem de forma traumática laços familiares e de amizade e abandonam seus lares e pertences, fruto de árduos anos de trabalho. No caminho percorrido e no ponto de chegada, em vez de acolhimento e solidariedade, muitas vezes, são abandonados à própria sorte e impedidos de ingressarem em determinados países e alvos de práticas xenofóbicas e racistas.

Os dados fornecidos pela ONU ainda revelam:

- 1,25 milhão de mortes por “acidentes” no trânsito (2015)¹² ;
- mais de 400 mil pessoas foram assassinadas (2012)¹³ ;
- 800 mil pessoas se suicidam por ano, uma a cada 40 segundos ¹⁴ ;
- 187 mil mortes devido ao consumo de drogas (2013) ¹⁵ .

Outra faceta da crise civilizatória reflete-se no número verificado de mortes no trânsito e nos assassinatos cometidos, que se concentram em países semiperiféricos e periféricos. Assim como nas elevadas taxas de suicídio provocadas, sobretudo, por quadros de depressão e no número de óbitos provocados pelo consumo de drogas. Perdas de vida de forma trágica, que poderiam ser evitadas se nos tratássemos com mais cuidado, carinho, afeto, respeito e tolerância.

A possibilidade do desenvolvimento das condições materiais para suprir as necessidades humanas e de garantir qualidade de vida nunca esteve tão presentes, quanto nas últimas gerações.

¹² O acidente de trânsito é a principal causa de morte entre jovens de 15 e 29 anos no mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-acidentes-no-transito-ainda-matam-125-milhao-por-ano-90-em-paises-de-renda-media-e-baixa/> - acesso em: 06 jun. 2016.

¹³ O sexo masculino é responsável por 95% dos assassinatos e é a vítima em 80% dos casos. O Brasil foi responsável por 11% dos assassinatos cometidos no mundo em 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/mais-de-400-mil-foram-assassinados-no-mundo-em-2012-aponta-onu.html> - acesso em: 08 set. 2015.

¹⁴ O Brasil, em 2012, foi o oitavo país como maior número de suicídios, com 11.821 casos. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/09/oms-alerta-que-mais-de-800-mil-pessoas-se-suicidam-por-ano-no-mundo> - acesso em: 10 set. 2015.

¹⁵ Estima-se que 246 milhões de pessoas, entre 15 e 64 anos, consomem drogas ilegais, o que representa um cada vinte adultos. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/06/onu-mais-de-187-mil-morreram-por-causa-das-drogas-em-2013> – acesso em: 10 set. 2015.

Porém, a prioridade do sistema econômico hegemônico vigente não é a construção de um mundo com justiça social e equilíbrio ambiental. Ao contrário, visa apenas à concentração de poder e riqueza por meio da ideologia do consumo, mesmo que à custa de graves problemas sociais e da degradação ambiental do planeta.

Através dos veículos de comunicação de massa, dos programas, das propagandas e da própria educação (reprodutora, diga-se de passagem), somos inconscientemente estimulados a pensar e agir de uma mesma forma, valorizando a competitividade e o consumo. Como assinala Santos (2008, p. 49) :

O consumismo e a competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo, convidando também, a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

A aquisição e acumulação de bens materiais torna-se a principal razão existencial do ser humano, dentro do modelo econômico imposto, para alimentar o crescimento econômico e a concentração de capital e de poder. Os produtos, cada vez mais efêmeros e descartáveis, tornam-se objetivos de desejo e simbolizam prestígio e sucesso.

O desejo de possuir um produto específico ou um conjunto de produtos, em situações extremas, pode levar a práticas ilegais (como roubos, furtos etc.) e, até mesmo, o tráfico de órgãos ¹⁶ .

1.2 A degradação ambiental do planeta

A cada dia torna-se mais evidente a “crise ambiental”, que na verdade trata-se de uma das facetas da crise civilizatória. Os meios de comunicação de massa apresentam de forma superficial, fragmentada e sensacionalista os diversos fenômenos que ocorrem pelos quatro cantos do planeta e seus impactos devastadores. O aumento do efeito estufa, provocado, sobretudo, pela queima de combustíveis fósseis (carvão mineral e petróleo) é o fenômeno mais noticiado.

O aumento do poder de absorção do calor na atmosfera fará com que ocorra o aumento da temperatura média global.

¹⁶ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/garoto-chines-vende-rim-para-comprar-ipad-2> - acesso em: 25 ago. de 2013.

Um planeta mais quente provocará o degelo das calotas polares, que, por sua vez, ocasionará a elevação do nível dos oceanos, assim como reduzirá a quantidade de neve em importantes cadeias de montanhas, que fornecem água para regiões densamente povoadas, além de profundas mudanças na circulação das massas de ar, alterando o regime de chuvas e tornando os eventos climáticos mais extremos. Ou seja, chuvas mais intensas e concentradas, antecedidas ou sucedidas de longos períodos de seca.

Caso se confirme o quadro citado anteriormente, haverá uma perda drástica da biodiversidade – ainda mais grave do que a que assistimos na atualidade, a inundação de regiões costeiras densamente povoadas, impactos na quantidade e qualidade dos alimentos produzidos, o que afetará o custo e o acesso aos mesmos, ampliando o já dramático quadro de fome existente no mundo, além dos problemas hídricos, provocados por inundações ou a escassez da água, entre tantos outros que, em comum, tendem a acarretar grandes prejuízos econômicos, gerar ou intensificar problemas sociais, forçar deslocamentos populacionais e afetar negativamente a qualidade de vida, colocando-a em determinados casos em risco.

Para os que consideram esse cenário extremamente alarmista ou longínquo, mesmo diante das evidências, existem diversos exemplos da nossa má relação com a natureza (e não apenas com ela, como vimos no tópico anterior). No senso comum, a crise ambiental é tratada como algo extremamente recente. Porém, é possível encontramos relatos no século XIX dos impactos negativos da Revolução Industrial no meio ambiente e na qualidade de vida humana, como os apontados por Reclus (2010). Os efeitos na nossa má relação com a natureza se difunde pelo mundo, sobretudo, a partir da década de 1950. Não por acaso, os impactos são mais latentes nos países ditos desenvolvidos, que passam a conviver com níveis crescentes de poluição atmosférica, do solo e dos corpos hídricos, que são envenenados com produtos tóxicos lançados indiscriminadamente no meio ambiente (DIAS, 2004).

A degradação ambiental revelou ao mundo que algo estava errado. A partir da perda da qualidade de vida, assistimos o surgimento dos movimentos ambientais e encontros internacionais sobre a temática, que possuem papel relevante na implantação de leis em prol do meio ambiente e da saúde humana (DIAS, 2004). Assim, é importante frisarmos que as conquistas verificadas nas últimas décadas surgiram a partir de problemas concretos vivenciados e não de uma conscientização prévia.

No Brasil, as cidades perderam uma parcela significativa da cobertura vegetal das encostas e das matas ciliares, diante do avanço das construções humanas. A perda da cobertura vegetal contribui para a erosão das encostas e a deposição do material nos rios (assoreamento), o que aumenta a possibilidade de deslizamentos e inundações, respectivamente. Além de conviverem com precárias condições sociais e econômicas, os mais pobres também sofrem com a vulnerabilidade ambiental. As áreas mais sujeitas a deslizamentos e inundações são justamente ocupadas por essa camada da população.

O descaso com o saneamento básico tornou nossos corpos hídricos (rios, lagos, lagoas e mares) impróprios até mesmo para o lazer. A poluição do ar, devido ao lançamento indiscriminado de gases poluentes, provoca a perda de 6,5 milhões de vidas todos os anos e, atualmente, a quarta maior ameaça à saúde humana ¹⁷.

As áreas que possuem os maiores níveis de poluição (do solo, da água e do ar), via de regra, são ocupadas pelos mais pobres. O que nos permite falar de uma injustiça ambiental, além da injustiça social. As duas injustiças combinadas, tornam ainda mais dramática a condição de vida de uma parcela significativa da população mundial.

A combinação asfalto e concreto reduz a permeabilidade do solo. Se de um lado contribui para o surgimento ou intensificação de inundações. Do outro, provoca o fenômeno “ilha de calor”. Em virtude dos interesses do capital imobiliário, edifícios elevados são construídos em áreas valorizadas, lado a lado, dificultando a circulação do ar e a entrada dos raios solares nas moradias e nos espaços públicos.

Os automóveis – objeto de consumo, símbolo de prestígio, sucesso, conforto e rapidez – à medida que se tornam acessíveis a uma parcela considerável da população, acompanhados por sistemas públicos de transporte insatisfatórios, produzem engarrafamento quilométricos que geram o desperdício de tempo, energia e dinheiro, além de contribuírem para a poluição do ar.

1.3 As mudanças provocadas pelo avanço tecnológico: os aparelhos celulares

É verificado um rápido e intenso avanço científico e tecnológico desde a década de 1960, com mudanças qualitativas significativas.

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/07/poluicao-do-ar-mata-65-milhoes-de-pessoas-por-ano-diz-agencia.html> - Acesso em: 20 jul. 2016.

A denominada Terceira Revolução Industrial aumentou drasticamente a capacidade de armazenamento e a velocidade de processamento e transmissão de dados e informações. Os satélites, computadores e smartphones são a parte visível de um conjunto de descobertas, pesquisas e inovações desenvolvidas em diferentes setores.

Talvez, o exemplo mais perceptível para o leitor seja a evolução dos aparelhos de telefonia móvel, o celular. Lançado na década de 1980, o aparelho era grande, pesado, caro e com uma bateria que durava poucas horas. O que deve deixar o leitor ainda mais chocado é o fato de que possuía apenas uma função: realizar ligações. Apesar de todas as características negativas listadas anteriormente, o aparelho é considerado revolucionário devido à mobilidade que proporciona ao usuário.

Os smartphones, cada vez mais presentes na vida de uma parcela considerável da população, surgiram apenas no ano de 2007, quando Steve Jobs apresentou ao mundo o lançamento do primeiro iPhone, com acesso à internet (aberta ao público geral no ano de 1994).

A rede social Facebook, por exemplo, inaugurada em 2004, possui atualmente mais de 1,6 bilhões de usuários no mundo, dos quais 1 bilhão acessam todos os dias¹⁸.

O sistema operacional Android, principal concorrente da Apple nos smartphones, foi lançado em 2008. Enquanto o aplicativo WhatsApp, que permite a troca de mensagens de texto, áudio, fotos, vídeos e, mais recentemente, realiza ligações foi disponibilizado em 2010.

Todo esse desenvolvimento verificado é cercado de ambivalências. Se por um lado, o avanço tecnológico no setor possibilitou o acesso à informação e comunicação em tempo real a um custo relativamente baixo, por outro lado, gerou diversos problemas, tais como: acidentes de trânsito devido ao uso dos aparelhos, que, em determinados casos resultou na perda de vidas; vício em internet; redução das relações sociais; demissões, riscos de acidente e perda de produtividade no ambiente de trabalho; prejuízos ao rendimento acadêmico; lesões por esforço repetitivo (LER) e outros danos à saúde física e mental; além de possibilitar (e dificultar a identificação dos responsáveis por) práticas de cyberbullying, pedofilia, pornografia, xenofobia e racismo (PEREIRA, s.d.).

¹⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de-1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.html> - acesso em: 28 jul. de 2016.

O uso indiscriminado do aparelho de celular (e outros aparelhos eletroeletrônicos) no ambiente escolar, sem finalidade pedagógica, levou a criação de leis proibindo a sua utilização dentro das salas de aula. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, uma lei com esse intuito foi promulgada em 2009 (Lei nº 5.453).

2. A formação e prática docente

Nos meios de comunicação de massa, nos discursos políticos em campanhas eleitorais e no senso comum, a educação é considerada fundamental para a formação do cidadão e para a redução dos graves problemas sociais e da desigualdade social existentes no país. Porém, há um abismo entre a suposta relevância da educação no discurso e as condições concretas para a sua realização plena.

Iniciamos a segunda parte da apresentação enfatizando os problemas na formação e prática docente no país, que contribuem para a baixa qualidade do serviço de educação prestado. Em seguida, trazemos alguns fatores que possibilitam uma melhor formação e prática docente.

2.1 Problemas na formação e prática docente

Apesar do reconhecimento da importância do professor, a profissão é desvalorizada na sociedade. Entre os estudantes que concluem o ensino médio e desejam ingressar no ensino superior, poucos almejam tornar-se professor.

Uma das principais razões para apontar a recusa da profissão encontra-se na remuneração. Essa é uma queixa frequente inclusive entre os que ingressam no ensino superior em cursos de licenciatura. Sempre que a questão salarial vem à tona na sala de aula, indago aos estudantes quais são as profissões que oferecem maior salário? E qual é a remuneração de um profissional da educação?

Normalmente, fica evidente no debate promovido, que no país, de uma forma geral, as remunerações são inferiores ao necessário para garantir a sobrevivência com condições dignas do trabalhador e de sua família. Um exemplo evidente é a diferença entre o valor do salário mínimo oficial e o que seria necessário para cumprir o que determina a própria Constituição Brasileira ¹⁹.

¹⁹ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) calcula e divulga mensalmente o valor necessário para a sobrevivência de uma família em condições dignas. Em agosto de 2015, o salário deveria ser R\$ 3.258,16 e não R\$ 788,00 (salário mínimo). Ou seja, um pouco mais de quatro vezes o valor oficial. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> - acesso em: 12 set. de 2015.

As pesquisas apontam que, em média, o professor com nível superior possui salário inferior aos dos demais graduados. E essa diferença não é pequena! Um professor ganha apenas um pouco mais da metade (54,5%) do que os demais profissionais²⁰.

Uma vez que do ponto de vista econômico a educação não é uma área profissional atrativa frente a outras carreiras de ensino superior, não surpreende o fato dos concluintes do ensino médio desejarem outras carreiras e até mesmo possuírem uma visão negativa das licenciaturas. Algo ainda mais evidente na rede particular de ensino, onde o investimento promovido pelos familiares na educação visa, na maior parte das vezes, as profissões que apresentam os salários médios mais elevados.

O número total de candidatos e a relação candidato-vaga nas instituições de ensino mais cobiçadas (federais e estaduais) reflete tal situação. O número total de candidatos em cursos de licenciatura e a relação candidatos-vaga nos cursos de licenciatura encontram-se entre os mais baixos²¹.

Ao observarmos as notas mínimas para ingresso nos cursos do ensino superior, as notas necessárias em cursos de licenciatura são expressivamente mais baixas do que a verificada na maior parte dos cursos oferecidos²².

²⁰ Enquanto um professor possui salário médio de R\$ 3.137,90, os demais profissionais ganham R\$ 5.762,40. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/06/professor-com-nivel-superior-ganha-metade-do-que-outros-graduados.html> - acesso em: 28 jun. de 2016.

²¹ Como exemplo, recorro ao Vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro 2015 para o campus Rio de Janeiro. Os cursos de Medicina (92,86 candidatos/vaga – 9.657 candidatos), Direito (18,57 candidatos/vaga – 5.794 candidatos), Psicologia (20,89 candidatos/vaga – 2.005 candidatos), Engenharia Civil (16,56 candidatos/vaga – 1.987 candidatos) foram os que reuniram o maior número de candidatos. Enquanto os cursos na área da educação apresentam poucos candidatos e baixa relação candidato-vaga: Filosofia (2,63 candidatos/vaga – 263 candidatos), Letras: Português/Literatura (4,96 candidatos/vaga – 347 candidatos), Química (8,40 candidatos/vaga – 420 candidatos), Matemática (2,40 candidatos/vaga – 479 candidatos), Física (2,70 candidatos/vaga – 480 candidatos), Pedagogia (1,48 candidatos/vaga – 534 candidatos). As exceções são os cursos de História (11,60 candidatos/vaga – 1.160 candidatos) e Ciências Biológicas (11,23 candidatos/vaga – 1.348 candidatos). Disponível em: http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/arquivos/arquivos2015/dados_estatisticos/ed/09-2015-RELACAO-CANDIDATO-VAGA-UERJ.pdf - acesso em: 14 set. 2015.

²² A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a quarta instituição mais cobiçada pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para o ano letivo 2014. As maiores notas de corte (ampla concorrência), no campus Rio de Janeiro foram: 823,4 no curso de Medicina, 797,57 no curso de Ciências Econômicas, 794,17 no curso de Engenharia de Produção e 791,06 no curso de Direito. Os cursos de licenciatura noturnos, cujas vagas são historicamente preenchidas por estudantes trabalhadores, as notas mínimas exigidas foram: 683,03 em Ciências Biológicas, 689,65 em Química, 692,06 em Pedagogia, 694,67 em Matemática e 696,6 em Letras: Português e Literatura. Disponível em: <https://www.infoenem.com.br/notas-de-corte-sisu-2014-ufrj-ampla-concorrancia/> - acesso em: 12 set. de 2015.

Se os salários na área da educação não são atrativos para a classe média e a elite, representam uma possibilidade palpável de ascensão social para os oriundos das classes mais pobres, que possuem menor acesso a uma educação de qualidade.

Nas universidades, nos centros universitários e nas demais instituições de ensino superior privados, os cursos de licenciatura apresentam as menores mensalidades. Em função das receitas e despesas geradas na manutenção dos cursos, são os verdadeiros "primos pobres" em comparação aos cursos mais caros e concorridos.

Nas instituições públicas, visualiza-se uma separação entre pesquisa e ensino. Os cursos investem, sobretudo, na formação dos bacharéis, onde a pesquisa é valorizada. Enquanto nos cursos de licenciatura é transmitido um conhecimento menos aprofundado para ser reproduzido na educação básica, com ênfase na prática. As advertências do saudoso educador brasileiro Paulo Freire (2011, p. 30) de "que não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino" muitas vezes é ignorada. Ou seja, a desvalorização da educação também está presente, mesmo que veladamente, no meio acadêmico.

Se uma parcela significativa dos futuros educadores ingressa no ensino superior com deficiências oriundas da educação básica, não é menos verdadeiro que uma parcela, às vezes considerável, dos problemas enfrentados não são superados em sua plenitude nos cursos de formação. O que compromete diretamente a possibilidade de um ensino com qualidade e, não raramente, torna os professores em meros aplicadores dos materiais didáticos disponíveis, sem ou com pouca crítica e reflexão.

Os salários praticados leva a maior parte dos professores (59,7%) da educação brasileira a possuírem mais de um trabalho, de acordo com a Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizagem, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada em 2013. Entre os 34 países pesquisados, o Brasil ficou na última posição no quesito dedicação exclusiva ²³.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), também promovido pela OCDE, aponta o Brasil na 35ª posição de um total de 36 países. Os primeiros colocados são, respectivamente, Finlândia, Japão, Suécia e Coreia do Sul ²⁴

²³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/60-dos-professores-no-brasil-sao-obrigados-trabalhar-em-mais-de-uma-escola-diz-estudo-13003976> - acesso em: 12 set. de 2015.

²⁴ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/em-ranking-da-educacao-com-36-paises-brasil-fica-em-penultimo/> - acesso em: 12 set. de 2015.

Em comum, apresentam poucos profissionais atuando em mais de uma escola ²⁵. A falta de dedicação exclusiva e a elevada quantidade de turmas e carga horária dentro da sala de aula impactam diretamente na qualidade do ensino ofertado. Na medida em que o profissional se desdobra entre dois ou mais empregos, possui menos tempo para vivenciar a realidade de cada instituição, planejar as atividades comuns com os demais profissionais e participar ativamente do cotidiano das mesmas.

Os desencontros, por exemplo, inviabilizam a abordagem dos temas transversais em sua plenitude, introduzidos na segunda metade da década de 1990. Os temas, quando são abordados, ocorrem no interior das disciplinas que possuem maior afinidade com a temática, perdendo sua potencialidade.

A longa jornada de trabalho em sala de aula, que muitas vezes se inicia após as primeiras horas do nascer do sol e avança até a noite, e o elevado número de turmas reduz drasticamente o tempo disponível para o planejamento das aulas e até mesmo o inviabiliza em determinados casos. O cansaço ao longo do dia e da semana exaustiva não pode ser desprezado e também impacta negativamente na qualidade do serviço prestado. Soma-se ainda a precária formação em muitos casos, o que reforça a presença do “professor aplicador de livros didáticos” nas salas de aula do país.

Outra questão importante refere-se às condições de trabalho nas instituições de ensino. Não é rara a falta de itens básicos, como apagador e, sobretudo, pilot de quadro branco (nos locais em que o giz foi substituído). A quantidade de cópias disponibilizadas aos estudantes por disciplina é bastante limitada. Há a carência de estrutura e material para desenvolver formas de ensino-aprendizagem que fuja do tradicional “cuspe e giz”.

Na rede pública, em especial, os professores lecionam em turmas com elevado número de alunos. Em alguns casos, não poucos, o espaço físico é praticamente todo ocupado, o que limita o deslocamento pela sala de aula e em dias de avaliação individual é inviável separar as carteiras, por exemplo.

²⁵ Na Finlândia, que possui a melhor educação do mundo, de acordo com PISA, apenas 5,8% dos educadores atuam em mais de uma escola. No Japão (3,8%) e Coreia do Sul (0,7%) os percentuais são ainda menores. Na Suécia, terceira colocada no levantamento realizado pelo PISA, o percentual de educadores que trabalham em mais de uma escola é bem superior aos que lideram o ranking, com 21,7%. Porém, esse valor é quase três vezes menor que o verificado no Brasil. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/60-dos-professores-no-brasil-sao-obrigados-trabalhar-em-mais-de-uma-escola-diz-estudo-13003976> - acesso em: 12 set. de 2015.

Soma-se ainda a deficiência na ventilação, na iluminação e na acústica (pátio ou quadra próximo das salas de aula com atividade física ou intervalo de outras turmas, que desviam a atenção dos estudantes e atrapalham o bom andamento da aula) e carteiras padronizadas que causam desconforto em muitos estudantes.

Além do número excessivo de estudantes em um ambiente muitas vezes desconfortável e pouco atrativo, na rede pública, em especial, não é raro encontrarmos uma grande heterogeneidade na formação (incluindo estudantes semianalfabetos, estudantes com as mais variadas necessidades especiais, em diferentes níveis), visões de mundo, perspectivas de vida, idade e presença/ausência da família. O que reduz a possibilidade de se alcançar um bom nível de satisfação e aproveitamento para as partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

O tempo médio gasto com as situações de indisciplina nas salas de aula brasileiras consome um quinto do tempo de aula, valor bem superior ao verificado nos demais países da OCDE. O país também apresenta o maior número de classes (60%) com mais de 10% de estudantes problemáticos ²⁶. Dos 34 países pesquisados pela OCDE, em 2013, apenas três, incluindo o Brasil, apresentaram mais de 10% dos diretores relatando episódios de vandalismo ou roubo. E em quatro países, novamente incluindo o Brasil, quase um terço dos professores relataram tentativas de intimidação ou abuso verbal por parte dos estudantes ²⁷.

Alguns problemas enfrentados transcendem a formação dos profissionais da educação. A cada dia torna-se mais relevante à presença de outros profissionais, como, por exemplo, psicólogos e assistentes sociais no ambiente escolar da educação básica. Porém, o Projeto de Lei nº 3.688 de 2000 tramita há mais de 15 anos no Congresso Nacional, demonstrando o descaso do poder público com a questão.

A aprovação de importantes leis é um primeiro passo, mas no Brasil há, infelizmente, uma diferença entre o legal e o real. A Lei nº 11.738, sancionada em 2008, garante um piso nacional para os professores da educação básica e um terço da carga horária para planejamento. Porém, após quase uma década, pouca coisa mudou efetivamente.

²⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professor-no-brasil-perde-20-da-aula-com-bagunca-na-classe-diz-estudo.html> - acesso em: 12 set. de 2015.

²⁷ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/60-dos-professores-no-brasil-sao-obrigados-trabalhar-em-mais-de-uma-escola-diz-estudo-13003976> - acesso em: 12 set. de 2015.

O primeiro ponto que gostaria de destacar é o elevado desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas. Nunca na história da humanidade a população e os educadores, em especial, tiveram tanto acesso a informação de forma rápida e gratuita. Através da tela de um computador, tablet ou smartphone conectado à internet é possível, sem sair de casa e em tempo real, termos acesso ao que acontece nos quatro cantos do planeta.

Graças aos progressos fulminantes da informação, o mundo fica mais perto de cada um, não importa onde esteja. O outro, isto é, o resto da humanidade, parece estar próximo. Criam-se, para todos, a certeza e, logo depois, a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em sua plenitude material ou intelectual (SANTOS, 2008, p. 172).

Os profissionais da educação, assim como os das demais áreas do conhecimento, tem à disposição um grande número de artigos publicados em revistas especializadas, anais de encontros, entre tantas outras formas de divulgação de informações. Assim como diversos cursos à distância, inclusive de graduação. Dessa forma, os educadores podem se atualizar, refletir, analisar, aperfeiçoar e ampliar suas práticas.

No ambiente escolar, mesmo que de forma lenta e muitas vezes precária, as ferramentas tecnológicas são introduzidas. Desde que bem empregadas, leia-se com planejamento prévio e objetivos claros, possibilitam introduzir, complementar, comparar, debater, refletir e analisar uma gama variada de assuntos e temáticas de modo a propiciar um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, eficiente, significativo e próximo das tecnologias utilizadas no cotidiano pelos estudantes.

Porém, a introdução de novos recursos tecnológicos por si só não é a solução para os problemas enfrentados dentro da sala de aula, como alguns de forma ingênua, pouco reflexiva e crítica tendem a afirmar. A crença no tecnicismo não é nova e atende muitas vezes a interesses que passam longe do compromisso com a educação de qualidade, como assinalou Saviani (1997).

Por pior que sejam os problemas existentes na educação e nas escolas brasileira, não podemos esquecer que nunca na história do país as crianças e os jovens tiveram tanto acesso as instituições de ensino e condições para permanecerem nas mesmas. O Programa Bolsa Família, por exemplo, contribuiu para o aumento da frequência escolar e a redução da evasão,

na medida em que um dos critérios para o recebimento do benefício é a frequência escolar do(s) filho(s) ²⁸ .

Por fim, não podemos deixar de citar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), idealizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação. Iniciado em 2007 para atender demandas específicas do ensino médio, em pouco tempo, desde 2009, é expandido a toda a educação básica ²⁹ .

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas [...]. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública [...] o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. (BRASIL, s.d.)

O PIBID possui a potencialidade de permitir aos futuros educadores uma vivência, desde o início de sua formação, em instituições públicas da educação básica. Esse contato é extremamente importante para identificar e conviver com seus problemas, seus desafios, sua organização e as práticas realizadas nesses espaços.

As questões vivenciadas pelos bolsistas devem ser problematizadas no espaço acadêmico, permitindo uma maior análise, reflexão e compreensão das questões pertinentes à formação e prática docente. De modo a contribuir de forma significativa no processo de formação do futuro educador, para que o mesmo não seja um mero aplicador de materiais didáticos.

As instituições da educação básica que participam do PIBID tem a possibilidade de estabelecer um maior diálogo com instituições de ensino superior. A energia, vontade, curiosidade e participação dos futuros educadores pode contribuir para uma análise e reflexão também nos locais de estágio. O que pode estimular e impactar na atualização dos docentes das escolas envolvidas e na revisão das práticas dos mesmos, resultando num processo de ensino-aprendizagem com maior qualidade.

²⁸ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/02/com-bolsa-familia-indice-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola-cai-36> - Acesso em: 10 set. 2015.

²⁹ Para maiores informações a respeito do PIBID, acessar o portal do Ministério da Educação, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid> - acesso em: 10 set. de 2015.

3. Tecendo relações entre a educação e a construção do mundo com justiça social e equilíbrio ambiental

Logo no início do artigo explicitamos nossa posição política e ideologia da educação como um dos elementos relevantes para a superação do mundo atual, que através do processo de globalização revelou-se uma verdadeira “fábrica de perversidades”, nas palavras de geógrafo Milton Santos (2008, p. 19).

Quando nos referimos a educação com tal potencialidade, de superação dos problemas sociais e ambientais, não estamos nos referindo às concepções educacionais não críticas ou críticas-reprodutivistas analisadas por Saviani (1997) e a presente na maioria esmagadora das redes de ensino do país, na qual, como aponta Santos (1998, p. 126):

[...] a educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida.

A educação que nos guia visa “formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo”, como assinala Santos (1998, p.126). O que vai ao encontro dos ensinamentos do maior educador brasileiro de todos os tempos, Paulo Freire.

Essa concepção de educação está ancorada na análise, crítica, reflexão e compreensão do mundo atual, da sociedade e da educação e suas múltiplas e complexas relações e inter-relações. Na qual se reconhece e combate as decisões impostas de cima para baixo, que visam, na maior parte das vezes, atender, sobretudo, aos interesses da reprodução do capital e manutenção da sociedade e não a sua transformação e/ou superação.

O que difere da crença ingênua (ou intencional) de uma educação: i) deslocada de uma sociedade e de um mundo, que desconsidera o contexto histórico, econômico, cultural e social; ii) que esteriliza os componentes políticos, ideológicos, pautados em uma suposta neutralidade científica; iii) que desconsidera os sujeitos envolvidos.

Segundo Enrique Leff (2010, p. 230) “a utopia não é uma fantasia, mas a mobilização do real para o possível através do pensamento, da palavra e da ação”. Mais utópico que

pensar e agir na construção do mundo da dignidade humana, impossível sem equilíbrio ambiental, é acreditar que os problemas sociais e ambientais são passageiros ou passíveis de remediação dentro do modelo econômico hegemônico vigente. Se o mesmo conviveu sem maiores incômodos e peso na consciência com os problemas sociais até o momento, não poderá continuar ignorando e negando por muito mais tempo a insustentabilidade ambiental e seus impactos.

As escolas da práxis revolucionária já não são mais os sindicatos. As vias de expressão das demandas populares são as ruas; mas a escola e a Universidade devem deixar de ser aparelhos ideológicos do Estado que reproduzem a realidade coisificada, para ser os campos de prática dos sonhos utópicos e das gramáticas de futuro, para exercitar o músculo da imaginação para idealizar futuros desejáveis e ensaiar sua possível realização (LEFF, 2010, p. 248).

Se as escolas atuais não preparam para a leitura do mundo, para a vida e para o exercício da cidadania, não é obra acaso, mas intencional. Os problemas apresentados na educação brasileira visam manter e perpetuar os baixos níveis de consciência, reflexão, análise, crítica e participação dos professores e dos estudantes e as precárias condições materiais e imateriais para a realização do processo de ensino-aprendizagem. Algumas medidas pontuais são tomadas, de cima para baixo, sobretudo, “para inglês ver” (leia-se, melhorar determinados indicadores da educação do país em rankings internacionais).

As mudanças e seus impactos (do local ao global), mesmo diante dos desafios e obstáculos, devem ser produzidos de baixo para cima, no ambiente e cotidiano escolar, considerando o momento histórico, seus diversos elementos e suas múltiplas e complexas relações e inter-relações. Para que isso seja possível, é fundamental que o educador tenha uma sólida formação e compromisso ético para a prática da docência dentro da concepção de educação que defendemos, que possibilita ao educando a leitura do mundo, o prepara para a vida, o exercício da cidadania e a construção de um mundo socioambiental melhor, com justiça social e equilíbrio ambiental.

Referências bibliográficas

BRASIL. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid> - acesso em: 10 set. 2015.

DIAS, Genebaldo. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. – São Paulo: Gaia, 2004

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEFF, Enrique. Discursos sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Luiz Antônio. Celular: sabemos quando e como usar? (mimeo).

RECLUS, Élisée. Do sentimento da natureza nas sociedades. São Paulo: Expressão & Arte: Imaginário, 2010.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 5. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 15a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.